



**SEM OS 'TAPUIAS' NÃO SE CONQUISTA O SERTÃO: ATUAÇÃO MILITAR E
NEGOCIAÇÕES DE FLECHEIROS, GUIAS E TRADUTORES KARIRI E
TARAIRIÚ NAS EXPEDIÇÕES DE CONQUISTA DAS CAPITANIAS DO NORTE
DO BRASIL NO SÉCULO XVII**

**WITHOUT THE 'TAPUIAS' THE 'SERTÃO' IS NOT CONQUERED: MILITARY
ACTION AND NEGOTIATION OF ARCHERS, GUIDES AND TRANSLATORS
KARIRI AND TARAIRIÚ IN THE CONQUEST OF BRAZIL'S NORTHERN
CAPTAINCIES IN THE XVIIITH CENTURY**

Resumo: Neste trabalho buscamos a atuação militar dos Kariri e Tarairiú no processo de conquista dos interiores das capitanias do norte do Estado do Brasil no século XVII, procurando suas agendas políticas e suas estratégias de negociação a partir da leitura de seu engajamento nas estruturas militares coloniais. Considerando a máquina de guerra colonial como baseada fundamentalmente em serviços e habilidades indígenas, mas também em representações depreciativas desses atores sociais, buscamos observar as formas diversas de atuação militar indígena tornadas indispensáveis na expansão colonial, assim como as barganhas e negociações que esses atores construíram a partir da consciência da dependência que a estrutura militar tinha para com eles. Para tanto, procedemos a uma análise discursiva da correspondência administrativa entre diferentes instâncias do governo colonial do Estado do Brasil segundo o conceito de protagonismo indígena assim como repensamos a própria noção de conquista.

Kalina Vanderlei Silva

Doutora em História pela
Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE)

Palavras-chave: Indígenas. Protagonismo. Militares.

Abstract: This paper studies the military performance of the Kariri and the Tarairiú in the conquest of the hinterlands of the northern captaincies of the State of Brazil in the seventeenth century, reading their political agendas and their negotiation strategies from their engagement in colonial military structures. Considering the colonial war machine as fundamentally based on indigenous services and skills, but also on derogatory representations of these social actors, the paper analyses the diversity of forms of indigenous military action made indispensable in colonial expansion, as well as the bargains and negotiations that these actors built from their awareness of the dependence that the military structure had of themselves. To this end, it proceeds to a discursive analysis of the administrative correspondence between different instances of the colonial government of the State of Brazil according to the concept of indigenous protagonism as well as rethinking the very notion of conquest.

Keywords: Native Americans. Protagonism. Military

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.08>

1 Introdução

após a travessia do rio Monpabu, Baro registra que os homens de Muroti teriam pedido permissão para “ir caçar e pegar alguns animais no curral de André Claesen”, tendo Baro recusado, afirmando “que havia suficiente nos bosques e campos sem entrar nos parques dos particulares”. Ameaçando mandar amarrar a uma árvore o primeiro que tentasse. O grupo avisou que assim que Baro se afastasse “iriam matar tudo que pudessem pegar no mencionado curral.”. Diante da ameaça de Baro de que saberia como tratá-los nesse caso, teriam perguntado “E que nos farás?”, e, em seguida “Compete a ti ou aos holandeses agir contra nós?” [...] O representante do grupo de Muroti teria acrescentado “Pois mesmo que tivéssemos cometido toda sorte de maldades, como recentemente fizeram os do Ceará, virieis sempre procurar-nos tendo em vista a paz” (Albuquerque, 2006, p. 72-73).

Apesar de filtrada pelo olhar etnocêntrico do cronista holandês Roloux Baro essa passagem de sua *Relação da Viagem ao País dos Tapuias* traz indícios do posicionamento dos guerreiros janduí quando em campanha com os europeus na primeira metade do século XVII, indícios que deixam clara a plena consciência que esses atores sociais tarairiú possuíam acerca da total dependência que as expedições coloniais que adentravam seus territórios tinham para com seus saberes e serviços e de como, sabedores dessa situação, procuraram fazer amplo uso dessa dependência.

Esse caso ilustra o quanto a sociedade americana colonial, em suas muitas regionalidades e a despeito dos processos genocidas e etnocidas sobre os quais se constituiu, foi também palco de resistências em todos os níveis e com diferentes focos, armadas ou barganhadas, e sobre as quais os indígenas construíram suas identidades e vivências coloniais. E uma das estruturas coloniais que melhor serviu de palco para as resistências negociadas foi a organização militar, principalmente quando envolvida nos processos de expansão e conquista territorial, momento em que se apoiou mais do que nunca nas alianças e serviços indígenas. Assim ocorreu no processo que estabeleceu a colonização dos sertões das capitânicas do norte do Estado do Brasil na esteira dos currais de gado na segunda metade do século XVII. Nessa expansão, os principais contingentes militares foram sempre indígenas (Silva, 2010; Silva, 2019), atuando contra e a favor dos colonos a partir de motores que variavam de acordo com o cenário social, político e mesmo ecológico que envolvia cada povo, e com diferentes grupos usando sua atuação militar,

quando alinhada com a colonização, como instrumento de barganhas diversas (Lopes, 2003; Silva, 2008; Almeida, 2013; Santos, 2014; Fujimoto, 2016).

Nesse contexto, povos de troncos linguísticos Jê e de línguas independentes como os Kariri e os Tarairiú construíram agendas próprias para interagir e reagir à expansão colonial. E no que concerne à estrutura militar invasora fizeram uso das próprias características da máquina de guerra luso-americana, perenemente carente de recursos humanos, e de sua inabilidade em responder às demandas provocadas pela própria expansão para territórios limítrofes; uma inabilidade que a levava a recorrer invariavelmente ao emprego de mão-de-obra militar indígena. Por causa disso, a atuação indígena se tornou a principal constante nas jornadas do sertão patrocinadas por sesmeiros e governadores, ao mesmo tempo ajudando a moldar a forma da guerra colonial nesses espaços e definindo as formas de interação que vários grupos empregaram para lidar com a colonização.

Infelizmente a documentação para esse período e lugar, apesar de volumosa, é extremamente limitada em escopo, constituindo-se basicamente da correspondência administrativa entre diferentes instâncias de governo colonial, principalmente em torno do Governo Geral na Bahia e do Governo de Pernambuco. Essa limitação fez com que as muitas resistências e negociações indígenas nos sertões seiscentistas fossem, e sejam ainda, vistas pela historiografia quase que apenas do ponto de vista da administração colonial. Apesar disso, e da escassez de fontes institucionais de autoria indígena, essas cartas e ordens trazem indícios que deixam entrever sujeitos sociais nativos que desenvolveram suas próprias estratégias cotidianas para confrontar ou fazer uso das regras coloniais, estratégias que passavam pela estrutura militar. A prospecção desses indícios, portanto, exige uma interpretação para além dos textos, de leituras dos sentidos por trás das fórmulas oficiais, possíveis a partir do cotejamento de séries de cartas com os contextos de sua produção; ou seja, exige o uso da Análise de Discurso que permite a montagem das pistas espalhadas como peças de quebra-cabeças em um esboço da participação histórica indígena nesses eventos, e que permite uma leitura dos silêncios que as fontes coloniais dedicam aos indígenas na estrutura militar, pois, como afirma Eni Orlandi, o silêncio significa em si e é importante questionarmos “que x se disse para não se dizer y?”. E

esses sentidos podem ser encontrados no estudo do contexto de produção de tais escritos (Orlandi, 1990, p. 18, p. 28, p. 51).

Entretanto, apesar da inevitabilidade do trabalho com discursos institucionais, nossos protagonistas são mesmo os grupos indígenas entrevistados nessas narrativas, os Kariri na Bahia, Pernambuco e Paraíba, e os Tarairiú principalmente entre o Rio Grande do Norte e o Ceará (Silva, 2010; Santos, 2022). Grupos independentes e multifacetados que durante as décadas costuradas pela narrativa na “guerra dos bárbaros” – uma série de eventos que só aparece enquanto unidade nas narrativas historiográficas, mas não existia como tal nem mesmo nos discursos das autoridades coloniais, muito menos da perspectiva indígena – agiram a partir de suas agendas políticas próprias, dentro ou fora dos aldeamentos para os quais se viram empurrados e que serviram de base para a exploração de sua mão-de-obra que começou a ser feita justamente a partir da cobrança de seus serviços militares para as empreitadas de conquista.

No entanto, essa exploração não os encontrou passivos. As resistências indígenas sertanejas se deram de diferentes formas: guerra aberta, negociações de tratados de paz e negociações por melhores condições de vida nos aldeamentos possibilitadas pela consciência de seu valor estratégico para a Coroa. Esse último caso dificilmente se limitou aos povos sertanejos e Maria Regina Celestino de Almeida já apontou, observando o Rio de Janeiro, como os acordos entre indígenas e administração colonial, e o próprio protagonismo militar dos primeiros, levou à criação de novas elites indígenas. Segundo a autora, os líderes indígenas eram sabedores de sua importância política e militar e “negociavam suas alianças em troca de benefícios que iam além dos ganhos materiais” (Almeida, 2017, p. 24). E veremos que esse foi exatamente o caso de muitos grupos sertanejos, pois como já observou Solon Natalício dos Santos, se a historiografia sobre esses povos privilegia seu lugar de vítimas “apesar disso, é preciso enfatizar que as fontes coloniais mostram também ‘uma rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais em que os indígenas estavam incluídos’” (Santos, 2022). Nesse sentido, a atuação militar indígena na máquina de guerra colonial e nos empreendimentos de conquista do sertão pode ser vista pelo viés da negociação (Santos, Santos, 2020), aqui entendida como fenômeno que andava de mãos dadas com os conflitos na região (Reis, Silva, 1988).

A partir dessas considerações, o objetivo do presente artigo é analisar o papel desempenhado por diferentes povos kariri e tarairiú na montagem e execução das expedições coloniais de conquista do sertão no século XVII, enfatizando suas agendas políticas, as negociações e conflitos em relação a esses empreendimentos e seu protagonismo no processo. Para tanto, inspiramo-nos, para além do conceito de protagonismo indígena entendido como a busca pelas ações e reações de atores indígenas às políticas coloniais e sua influência nos rumos gerais dos processos históricos (Almeida, Oliveira, 2016; Santos, Felipe, 2016), em Restall e Oudjik (2007) e nas releituras que a *New Conquest History* faz da atuação indígena no processo de conquista da Mesoamérica no século XVI, percebendo nesse agendas políticas específicas e pondo em xeque a própria noção de conquista como um fenômeno de hegemonia europeia (Oudjik, Restall, 2013); perspectiva que se coaduna com a crítica de Cristina Pompa (2003) ao paradigma da conquista como um fenômeno de oposições binárias entre vencedores e vencidos. Assim, contestamos a narrativa da conquista americana como um processo de vitoriosa superioridade bélica europeia sobre povos indígenas passivos, quando não inferiorizados; ou seja, contestamos o discurso que Celestino de Almeida chama de supervalorização do desempenho europeu e que anda de mãos dadas com o apagamento da ação indígena na História (Almeida, 2017), pois, como já afirmou Hector Bruit, a conquista não foi um vendaval que se abateu sobre povos pusilânimes, mas sobre atores sociais com agência que confrontaram os invasores e barganharam quando necessário (Bruit, 1992, p. 77-78); barganhas, como veremos, que fizeram uso das estruturas militares coloniais da mesma forma que essas procuraram fazer uso da mão-de-obra indígena.

2 Quem foram os flecheiros no sertão: Kariri e Tarairiú e sua interação com a expansão colonial no século XVII

A despeito de silenciar sobre os indígenas em muitos sentidos, as narrativas militares elaboradas nas capitanias do norte – principalmente a correspondência administrativa – constantemente os mencionam como combatentes. E apesar de retratados de forma generalizante como conjuntos amorfos de contingentes anônimos, são também percebidos como indispensáveis pelo discurso de governadores que chegavam a afirmar que sem o recurso aos homens aldeados não se fariam entradas no sertão: caso do Governador Geral em 1664 que

diz claramente, em uma requisição de tropas feita ao aldeamento do Camamú no Recôncavo baiano, que “a principal força com que se lhe há de fazer guerra e a conservação de todo poder que vae consiste nos índios das aldeias obedientes” (BN-DH. Vol. 3^oI, p. 228-229). Isso porque, para o discurso institucional, o tipo de guerra que os indígenas faziam deveria ser combatido principalmente por outros indígenas, apoiados por “paulistas” e “negros”, visto que “essa casta de gente” estava mais preparada para a guerra no sertão por ser “mais ligeira” e “capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões” (Pires, 2002, p. 75).

Esse status de essencial é tão naturalizado que os registros seiscentistas em sua maior parte apenas mencionam os guerreiros sem se preocupar em detalhar sua função nas expedições, tomando como certo que essa era amplamente conhecida pelos interlocutores das ordens e provisões governamentais. E essa função era multifacetada, com atividades logísticas e estratégicas, mas era mencionada sobretudo em referência a sua faceta de combate, com a habilidade dos guerreiros indígenas com armas de tiro tradicionais sendo tão prezada que lhes conferiu a alcunha pela qual foram comumente aludidos nas narrativas coloniais, a de flecheiros. E, no entanto, muito desse discurso foi herdado da interação dos europeus com os Tupi, pois se os Kariri usavam arcos e flechas em seu cotidiano (Santos, 2009, p. 231), os Tarairiú não os usavam, empregando propulsores de dardos, além de tacapes e machados de pedra (Medeiros Filho, 1999), apesar de que, a partir da invasão, eles rapidamente adaptaram elementos europeus como armas de fogo e cavalos a seu arsenal, transformando suas fileiras em uma artilharia montada (Lopes, 2003).

Kariri e Tarairiú são respectivamente troncos linguísticos Jê e independente e seus muitos grupos dominavam os espaços agrestes e seminários do norte do Estado do Brasil. Os Tarairiú se denominavam Otshicayaynoe (Medeiros, 2000), mas sendo conhecidos pelos Tupi pelo primeiro termo também foram assim referidos pelos portugueses, apesar de que a correspondência administrativa em geral não usa nem uma das duas denominações, identificando-os principalmente por seus etnônimos, ainda que de forma confusa: caso daqueles que acompanhamos aqui, entre Pernambuco e o Rio Grande do Norte, os Janduí, os Panati e os Xucurú. Já os Kariri se espalharam por territórios vastíssimos desde os sertões baianos até o Ceará, passando por Pernambuco, Paraíba e dominando as margens do rio São Francisco

(Apolinário, 2013; Oliveira, 2017). Entre seus muitos grupos, os Caropotó, os Xocó, os Carnijó, os Porcáz, além dos Payayá, são nossos protagonistas. Culturalmente, Tarairiú e Kariri foram confundidos por muito tempo pela historiografia (Apolinário, 2009), situação complicada pelo fato de que os registros coloniais são vagos, usam termos generalizantes como “tapuias” para ambos e listam missões que ‘reduziam’ povos diferentes de forma aleatória. Por isso, esses etnônimos registrados pelos invasores exigem cuidado analítico até porque muitos deles podem ter se congelado apenas nos aldeamentos ou somente nos registros coloniais, pois, como John M. Monteiro já afirmou, essas identificações seguiam a lógica europeia de classificação de sociedades, não necessariamente correspondendo a identidades indígenas reais (Monteiro, 2001).

A interação desses povos com a expansão colonial se deu de forma variada, mas começou com negociações com os vaqueiros nos currais vizinhos a seus territórios e com a aproximação dos missionários (Lopes, 2003; Santos, 2020). Os conflitos explodiram de forma intermitente e sem nenhuma centralização, com os colonos quando sobrepujados recorrendo às autoridades coloniais que, por sua vez, montavam expedições com comandos institucionais, mas sempre com grandes contingentes de flecheiros (Silva, 2019). Do ponto de vista indígena, a configuração de suas culturas políticas específicas e a mutabilidade da conjuntura provocada pelos novos personagens em seus territórios criaram alianças flutuantes entre eles e os estrangeiros: de vizinhos de curraleiros a seus adversários; de adversários das tropas coloniais a combatentes nelas. Esse é o caso dos Panati e Janduí que, inicialmente inimigos dos portugueses, foram empurrados a aldeamentos, obrigados a acordos de paz pela destruição gradual de seus territórios – apesar de que, em termos puramente militares, parecem ter sempre tido vantagem sobre os invasores (Silva, 2019) – e obrigados por esses acordos à prestação de serviços diversos, inclusive militares (Lopes, 2003). Por outro lado, o movimento inverso também ocorreu, como no caso dos Payayá que de aliados, usados como guias e como ‘muros do sertão’, passaram a inimigos da colonização (Santos, 2020).

Mas dentro da dinâmica das expedições coloniais a inserção indígena seguia um padrão: recrutados dos aldeamentos que proliferavam nessas capitanias nos Seiscentos, os contingentes de flecheiros eram agregados às expedições institucionais, as jornadas do sertão. Os exemplos aqui são muitos: na jornada de 1654 o Governador Geral ordenou o recrutamento de 600

flecheiros que deveriam dar suporte a 280 soldados de infantaria (Santos, 2020), ao mesmo tempo em que ordenou diretamente aos capitães de índios de aldeias como a do Jaguaripe, um aldeamento tupi no Recôncavo, que fornecessem todos os homens “capazes de marcharem, de flecharem e os tenha todos prontos para a jornada que mando fazer brevemente ao sertão” (BN-DH. Vol. 3\I, p 217-218.). Já a jornada organizada em 1691 contra os Hoé Hoé do sertão pernambucano mobilizou flecheiros xucurú da aldeia do Ararobá (Silva, 2007), além dos Xocó, dos Carnijó e dos Carapotó, que foram postos sob o comando de um capitão-mor (Medeiros, 2000, p. 117-118.). E em 1698, ataques de vários povos no rio São Francisco e sertão de Rodelas levaram os curraleiros a pedir socorro à Coroa, solicitando que essa estabelecesse junto de suas terras, como muralha protetora, “algum arraial de gentio manso” (BN-PR, Doc 4227). Solicitação muito em conformidade com a prática dos ‘muros do sertão’, estratégia comumente empregada na região porque não apenas criava uma barreira humana entre os colonos e os ataques, deixando que os indígenas aldeados sofressem a maior parte destes, mas ainda levava para perto das propriedades dos senhores coloniais as aldeias de onde eles esperavam retirar braços para trabalhar em suas terras. Entretanto, além de autorizar o uso dessa tática, em 1698 a Coroa ainda ordenou que o Governador Geral mandasse os “cabos, capitão mor e mais coronéis do sertão de Rodelas com seus índios que estivessem desocupados vão meter aos índios Acaroazes (sic), Mocoazes (sic), Rodeleiros de paz” (Idem). Ou seja, ordenava não apenas a mobilização das aldeias como muros, mas a de contingentes de flecheiros, sob o comando dos curraleiros institucionalizados com patentes de ordenanças, para desbaratar os ataques.

Muitos são, assim, os exemplos da requisição de contingentes de flecheiros indígenas por parte de colonos e Coroa para atuar como mão-de-obra bélica. Mas é preciso enfatizar que a atuação desses guerreiros não se limitou a servirem de soldados para a colonização, já que desempenharam também diversas funções estratégicas que não apenas viabilizaram qualquer movimentação estrangeira no sertão, mas também os ajudaram a impor seus próprios interesses nas expedições. E, sem dúvida, as mais importantes dessas funções eram as de guias e tradutores.

3 Prestando serviços

à Coroa: Guias e tradutores e as diferentes formas de atuação militar tarairiú e kariri nas expedições de conquista

O primordial papel dos tradutores no processo de conquista americana já vem sendo reconhecido pela historiografia (Silva-Reis, Bagno, 2018) e, juntamente com o dos guias, foi analisado por Oudjik e Restall para a Mesoamérica onde, segundo eles, a dependência dos espanhóis conquistadores das pessoas que desempenhavam essas funções era completa (Oudjik, Restall, 2013). Uma constatação que pode ser estendida a outros espaços americanos, visto que a própria natureza de tais expedições que se propunham a explorar territórios desconhecidos pelos europeus tornava a presença de guias nativos imperativa, tanto quanto a função dos tradutores – os “línguas”, como são chamados na documentação das capitanias do norte –, sem os quais nenhuma negociação poderia ser levada a cabo. No caso dos guias, sem seu domínio da geografia nenhuma expedição militar teria adentrado os sertões, fossem esses as florestas tropicais ou as caatingas. E não se tratava apenas do conhecimento dos caminhos, por si mesmo vital, mas de sua visão geográfica geral, que incluía a localização e reconhecimento da acessibilidade de rios e serras, assim como da vegetação, inclusive das plantas alimentícias e daquelas que poderiam ser usadas como armas (Viana, Ferreira, 2021). E se todo esse conjunto de saberes já lhes conferia o status de indispensáveis, sua atuação ainda ia muito além da definição das rotas e caminhos, já que os guias, cuja distinção dos tradutores poderia ser inexistente, agiam também como espiões e mesmo batedores, nessa atividade inclusive desarmando armadilhas colocadas pelos inimigos, como observado tanto para Guatemala e Honduras no XVI (Oudjik, Restall, 2013), quanto na costa nordeste da América portuguesa no mesmo período (Silva, 2020).

Essa multiplicidade de funções pode ser vista também nas empreitadas de conquista do sertão onde o conhecimento indígena permitiu que as tropas litorâneas pudessem adentrar serras e caatinga, localizar aldeias adversárias e preparar emboscadas; o que foi explorado não só pelas forças dos núcleos urbanos do açúcar como também pelas dos sertanistas paulistas, os quais terminaram por receber o crédito por desbaratar os conflitos da dita “guerra dos bárbaros” (Silva, 2010). Nesse contexto, os Panati, por exemplo, foram obrigados pelo tratado que os

aldeou a servir não apenas como flecheiros, mas também como tradutores e espiões nas jornadas do sertão (Lopes, 2003). E considerando que eram Tarairiú, sua atuação como “línguas” nas empreitadas contra outros Tarairiú assumiu uma importância tal que mereceu uma menção específica no acordo de paz que a Coroa lhes propôs. Isso porque, como os linguistas que discutem traduções coloniais já apontaram, a tradução não era então uma simples troca de mensagens, uma mediação na situação colonial, mas uma ação criadora dessa própria situação na medida em que alterava as línguas com as quais entrava em contato. De fato:

a tradução não incide apenas sobre as línguas, mas se torna uma operação que está na gênese mesma das novas formas culturais, de novas ordenações (jurídicas, religiosas, epistemológicas, sociais, políticas etc.) que vão se constituir e se enraizar nos territórios sujeitos à empresa colonial e configurá-los para a posteridade (Silva-Reis, Bagno, 2018, p. 21).

Ou seja, os “línguas” ajudavam na produção de novas condições coloniais para os indígenas ao traduzirem os termos de negociações portuguesas em imagens culturalmente compreensíveis a seus interlocutores. Como descreveu o historiador oitocentista Pereira da Costa:

Nas entradas contra os índios sertanejos, iam mamelucos faladores da língua, soldados portugueses e os índios aliados armados de flechas. O língua falava aos sertanejos da fartura do peixe e de outras vantagens da vida no litoral, e se eles não anuíam em descer, deixando as suas terras, abandonando o seu lar, estava travada a guerra e feito escravos os que se podiam apanhar (Costa, 1985, p. 266).

Ou seja, sobre o desempenho do “língua” enquanto negociador descansava a decisão da empreitada de fazer ou não guerra aos povos encontrados na jornada. Eles deveriam usar de retórica para convencer os povos sertanejos a mudar suas aldeias para as áreas designadas pelos colonos, e para tanto traduziam não apenas palavras, mas ideias e conceitos. A sucinta descrição de Pereira da Costa não esclarece o tempo investido nessa empresa de tradução cultural, oratória e conversão, deixando muito em aberto sobre essa atividade que deveria demandar muita diplomacia dos “línguas”, como podemos ver no caso de uma jornada que o Governador Geral encomendou em 1674 ao potentado da Casa da Torre contra os Guéruguéz, na margem

pernambucana do rio São Francisco, e na qual o padre designado como batedor, tendo “topando com os ditos bárbaros”, teria feito “todo o possível pelos reduzir a paz, mandando os para isso admoestar por línguas que os queria admitir na nossa santa fé catolica e os faria vasalos de Vossa Alteza”. Admoestação que os Guerguéz rejeitaram, continuando seu ataque na esteira do qual rebelaram nove aldeias de diferentes povos (BN-PR, Doc 4020). Mas, independente do resultado, essa negociação que o discurso colonial apresenta como tendo sido feita por um padre de fato foi levada a cabo pelos “línguas” como a propria certidão deixa claro, apesar de lhes retirar o protagonismo e alocá-lo na figura do religioso; uma supressão de seu papel na expedição que chega ao ponto de nem mesmo lhes mencionar a etnia. Apesar disso, a eles coube negociar, traduzindo ideias como vassalagem, aludida na certidão. Assim, sua atuação foi ao mesmo tempo naturalizada e subestimada no documento, e testemunhada pelo padre em questão dificilmente foi compreendida por ele, já que este não falava o idioma no qual a conversação estava sendo travada com os Guerguéz.

E é nesses termos que os indícios da grande influência, inclusive política, de guias e “línguas” nas jornadas do sertão se acumulam com cada caso registrado nas cartas dos governadores. Caso daquela passada pelo Governador Geral para a Câmara da Bahia em 1655 sobre uma entrada cujo comandante teria planejado seguir pelo rio Jacuípe quando foi obrigado a modificar seus planos e seguir pelo “Tapocurú” (sic)¹, “por voto dos Tapuias e Índios mais práticos do sertão”. Ele abandonou a rota inicialmente planejada não apenas “por ser o parecer comum”, mas principalmente:

por se ver impossibilitado a seguir a jornada faltando-lhe os Tapuyas (principal instrumento da conservação, e bom sucesso da gente que leva) os quais se deliberaram a não querer acompanhá-lo, se não marchasse pelo Taporocú cujas conveniências seguravam o fim que se pretendia, e eles o gosto com que se dispunham a ir (BN-DH, vol. 3\1, p. 254-255).

Uma carta muito elucidativa do poder de decisão que os combatentes indígenas exerciam sobre o cotidiano de uma expedição de conquista. Primeiramente porque flecheiros e guias, aqui referidos como práticos do sertão, votaram pelo caminho a ser seguido, aparentemente à

¹ Talvez o atual rio Itapicuru, na Bahia.

revelia da opinião e ordens do comando colonial; e logo porque impuseram sua decisão simplesmente afirmando que não seguiriam senão pelo caminho escolhido por eles. Interessante que o comandante tenha aceitado a mudança de rota primeiro afirmando que ela era mesmo melhor, mas logo confessando que mesmo que o novo caminho não fosse melhor, não poderia seguir pelo original sem os “tapuias”. E, seguindo na esteira dele, o Governador ordenou então que a Câmara fornecesse cavalos para levar as munições por esse novo caminho e não:

fazer descer os Tapuias para irem pelo Jacuípe. E como eles são tão Bárbaros, e nesta ocasião em que depende todo o bom sucesso da facção da benevolência com que devem ser tratados, nem é possível constrangê-los, nem seguir-se a jornada sem os cavalos que a princípio se pediram (BN-DH, vol. 3\1, p. 254-255).

Ou seja, o território desses “tapuias” que não são nomeados na carta provavelmente ficava distante do rio Jacuípe, o que não impediu os organizadores da jornada de tentar deslocá-los por um caminho obviamente inconveniente para eles. Mas os *principais* do povo em questão – como muitos outros, anônimos nos registros coloniais – simplesmente vetaram a empreitada, definindo uma nova rota a partir de seus conhecimentos da região – que foi logo acatada pelo comando da expedição – e obrigando o Governo Geral a rever seus recursos. Mas a definição dessa nova rota não incorporava os conhecimentos desses personagens na jornada para beneficiar os interesses coloniais, mas sim em prol de suas próprias agendas, da ‘conveniência’ de irem por um caminho que respondia a seus interesses, os quais os agentes coloniais não se deram ao trabalho de registrar. E isso foi feito não tanto a partir de uma negociação com os homens da Coroa, mas de uma total imposição de suas decisões na expedição, provavelmente com a consciência de sua indispensabilidade aos olhos dos militares coloniais. Apesar disso, o discurso colonial representou esse poder de barganha simplesmente como sinal de barbarismo, como incapacidade cognitiva desses atores sociais e não como as estratégias diplomáticas que realmente eram.

Para além do poder político dos *principais*, situações como esta mostram a incorporação da função de guias na de práticos do sertão. Um outro exemplo dessa questão pode ser visto na solicitação de mercês por serviços prestados feita em 1692 pelo padre de um aldeamento no

sertão pernambucano dos Rodelas em nome de “Francisco Dias Mataroa capitão mor de todos os Índios da nação Porcaz”, apresentando certificados do Governador de Pernambuco e “mais cabos do sertão” que defendiam “a necessidade que havia de que o dito capitão mor assistisse no sertão para acudir com a sua gente a fábrica do salitre e com a sua presença conservar quietos a todos os índios daqueles sertões, que geralmente lhe reconhecem obediência” (BN-PR, Doc. 1764). Nesse caso, a patente de capitão-mor de Mataroa o confirmava nos quadros institucionais da mesma forma que as recomendações do Governador e dos outros práticos do sertão sugerem o quanto as jornadas sertanejas empregavam seus homens e seus conhecimentos, e o quanto dependiam destes. Essa grande influência que parece ter exercido sobre os povos de sua região, e que lhe garantiu a patente colonial, deve ter advindo de sua condição política dentre os Porcáz antes mesmo da dita patente, provavelmente já sendo ele um *principal* respeitado. E sua atuação nos aparece como paradigmática daquela de guias e práticos indígenas já que, para além de comandar seus flecheiros no combate a outros povos, Mataroa negociou com esses e guiou, ou forneceu homens que guiaram, entradas em busca de salitre – matéria-prima requisitadíssima para a fabricação de pólvora – e braços para a exploração do mesmo. Por outro lado, ao solicitar mercês por intermédio do padre do aldeamento, ele soube se apropriar das fórmulas e instituições coloniais para adquirir mais prestígio em sua região, usando um tradutor para negociar pagamento, no caso, duas praças de soldado e pagamento anual de fardamento.

Entretanto, o diálogo estabelecido por essa correspondência não foi entre a Coroa e o *principal*, mas entre a Coroa e o padre do aldeamento, atuando aqui como intermediário e tradutor ele próprio. Lideranças como Mataroa provavelmente não escreviam em português, o que não significa que não conheciam as ferramentas burocráticas usadas para solicitar reconhecimentos diversos da Coroa; razão provável pela qual engajou o padre como seu agente negociador em uma situação que ilustra o possível papel de intermediários entre comando colonial e *principais* desempenhado por esses administradores de aldeamentos nas jornadas do sertão. Um papel, entretanto, estabelecido pela colonização em detrimento das autoridades indígenas e para diminuí-las, ainda que personagens como Mataroa possam tê-lo invertido em algum grau.

Que os padres eram o poder decisório oficial nesses espaços a historiografia já tornou consenso (Lopes, 2003), não sendo assim surpreendente que fossem encarregados também de nomear comandantes militares quando as requisições por combatentes chegavam nos aldeamentos. Esse foi o caso de uma requisição de flecheiros feita pelo Governador Geral ao aldeamento do Camamú que solicitava ao padre administrador que elegeisse também “o principal de mais satisfação” para “cabo desses índios” (BN-DH, vol. 3\1, p. 228-229). Situação que demonstra que os governadores coloniais apesar de reconhecerem a necessidade dos serviços dos comandantes indígenas – a função de “cabo” aqui sugere o comando de campo dos flecheiros, provavelmente definindo táticas e dando ordens práticas de acordo com as circunstâncias encontradas na expedição – esforçavam-se constantemente para retirar deles toda a autoridade, isso ao mesmo tempo em que constantemente demandavam cabos, guias e flecheiros, mostrando a natureza depreciativa da dependência estrutural construída em torno dos saberes e competências indígenas; uma dependência que tentava sempre enquadrar essas competências em modelos de comportamento e estruturas submissas e servis na sociedade colonial. Por isso, deixavam o poder de nomear comandantes indígenas nas mãos de religiosos sem nenhuma experiência militar, mostrando que ao mesmo tempo que precisavam dos indígenas, os temiam.

Até onde, no entanto, esses padres realmente elegiam os *principais* que lideravam os flecheiros nessas expedições é difícil estabelecer. E considerando os casos em que os agentes indígenas encontraram meios de firmar objetivos próprios nas jornadas de conquista, talvez negociassem também com os próprios padres dentro dos aldeamentos. Se isso é apenas especulação, o que é fato é que *principais* e flecheiros agiam de forma a resistir às mudanças em seu meio, construindo estratégias diversas que incluíam dissimulações e que usavam seu conhecimento das práticas da Coroa, localizando brechas e agindo contra as forças coloniais.

Esse foi o caso de uma expedição encarregada a um sertanista paulista na Bahia na década de 1650, que deveria recrutar flecheiros no aldeamento de Jaguaribe em Cachoeira, agregá-los às tropas paulistas e partir para a região de Jacobina, no sertão baiano, para reprimir supostos ataques indígenas na região. Entre Cachoeira e Jacobina essa expedição deveria se municiar e armar, além de recrutar o máximo de homens possíveis (“gente branca, mamelucos, e mulatos que voluntariamente o quiserem acompanhar” além dos indígenas), até chegar à aldeia payayá

na Jacobina cujos moradores deveria tentar recrutar juntamente com seu *principal* Juquerique, distribuindo ferramentas para “contentá-los” e “persuadindo-os” a acompanhar a expedição em maior número possível para “fazer a guerra a seus contrários”. Segundo o Governador, essa jornada seria do interesse dos Payayá uma vez que a terra que tentavam conquistar lhes seria entregue após tirada de seus inimigos, “por haverem sido de seus antepassados” (BN-DH, vol. 5III, p. 321-327). Ao ordenar a expedição o Governador afirmou peremptoriamente que sobre os Payayá “pende na presente ocasião o bom sucesso esta jornada”, por isso recomendou que o capitão paulista os tratasse “com toda benevolência” e com o *principal* Juquerique e seus “índios” fosse o “mais liberal” com os “resgates”, após o que deveria se pôr a caminho para o que “lhe servirão de guias o crioulo do Padre Antonio Pereira, e os mesmos Paiaiares”. Mas não sem antes reunir as notícias que pudesse para guiar a jornada “dos mesmos Paiaiares e mais pessoas práticas” (Idem).

Aqui, como em outras expedições, todo o desenrolar dessa entrada dependia da concordância dos Payayá em participar, fornecendo flecheiros e guias e contribuindo com seus conhecimentos, ou seja, “dando notícias”, que ajudariam o comando expedicionário a estabelecer planos e rotas. Entretanto, se os registros coloniais observam o episódio apenas a partir da perspectiva governamental em uma sucessão de cartas que retratam diferentes etapas dessa jornada inclusive seu desfecho (Santos, 2022), apesar disso eles deixam transparecer estratégias payayá muito mais complexas do que o Governo Geral inicialmente percebeu. Isso porque a série de ataques de “tapuias” que o sertanista fora enviado para combater nada mais era do que uma tática dos próprios Payayá para retornar a sua terra natal de onde haviam sido retirados e aldeados em local mais conveniente para os colonos. Assim, conhecendo bem as estratégias repressivas governamentais contra indígenas levantados, e sabendo que as mesmas incluíam a exploração da mão-de-obra bélica de aldeados, eles planejaram ataques disfarçando sua identidade, dissimulando serem “tapuias” desconhecidos e, após um acordo com um guia escravizado que permanece anônimo nos registros, armaram sucessivas armadilhas para as forças coloniais que foram enviadas para recrutá-los a combater os pretensos inimigos que eles mesmo criaram. Seu plano, aparentemente, era forçar a Coroa a deslocá-los para sua terra original a partir da prática comum de ‘muros do sertão’, um plano que foi bem-sucedido, após

idas e vindas, com os Payayá conseguindo retornar para as proximidades da Serra do Orobó, mas não antes de sumir com as expedições institucionais.

Esse episódio deixa claro o pleno conhecimento que povos sertanejos aldeados detinham das táticas comumente empregadas pela administração colonial para combater indígenas resistentes e do quanto essas táticas se baseavam em forças e saberes indígenas, espelhando assim o episódio dos Janduí com Roulox Baro. E se no caso dos Janduí de Muroti esse conhecimento foi usado para manipular os europeus em um momento em que esses não possuíam qualquer controle sobre o território indígena, no caso dos Payayá a situação se inverteu, com eles se encontrando aldeados e obrigados a atuar a serviço de Coroa e colonos após serem levados aos aldeamentos por tratados de paz enganosos. Essa mudança de contexto político, entretanto, lhes conferiu um conhecimento muito maior das estratégias coloniais e de sua constante demanda não apenas por mão-de-obra, mas também pelos saberes indígenas. Um conhecimento que lhes ajudou a montar sua própria estratégia de sobrevivência empregando as táticas coloniais de conquista a seu favor, associadas a uma considerável dose de dissimulação.

4 Conclusões

Assim, entre os Janduí do *principal* Muroti e os Payayá da Jacobina podemos observar a rede complexa de interações de Kariri e Tarairiú com a máquina de conquista colonial nos interiores das capitanias do norte seiscentistas. Nessa observação suas agendas e táticas transparecem em indícios fragmentados nos escritos governamentais que, apesar de negligentes com o registro de informações sobre esses povos, ainda assim não conseguem esconder a grande dependência estrutural que a aparelhagem bélica construída para a conquista territorial tinha de conhecimentos e habilidades indígenas. Isso apesar de que nessas fontes institucionais os contingentes de flecheiros aldeados e seus guias, tradutores e comandantes aparecem, contraditoriamente, como mão-de-obra ao mesmo tempo naturalizada no serviço à Coroa e depreciada a ponto do anonimato.

Essa perspectiva, todavia, discute apenas o discurso institucional das autoridades coloniais, pouco ou nada falando sobre as situações indígenas perante essa estrutura militar. A compreensão da atuação e dos interesses tarairiú e kariri nesse processo requer que

questionemos as pistas sobre suas reivindicações e decisões que se espalham, fragmentadas, nas entrelinhas das falas coloniais. E essa atuação não era a de meros braços armados da Coroa, pois como tanto Oudjik e Restall (2013) quanto Celestino de Almeida (2017) já deixaram claro, os atores sociais indígenas nos processos de conquista não foram apenas “aliados nativos”, personagens secundários estabelecidos por narrativas coloniais (e historiográficas) nas quais os protagonistas são sempre os europeus. Eram pessoas com agência, confrontadas por mudanças dramáticas em sua sociedade, inclusive epidêmicas, que procuraram se colocar frente às novas condições coloniais, construindo respostas baseadas em suas próprias ferramentas culturais. Por outro lado, a reconstrução das negociações e atuações desses protagonistas indígenas nas empreitadas expansionistas não ignora que os ibéricos foram os iniciadores, e os beneficiários, dessas guerras, mas sim reconhece que os povos sertanejos souberam reagir fazendo uso da mesma máquina bélica que os tentava suprimir.

A partir dessas considerações, a atuação kariri e tarairiú nas jornadas do sertão ganha novas nuances, com as barganhas dos *principais* aparecendo como reações à dependência colonial para com os recursos humanos aldeados; com guias e tradutores, os “línguas”, aparecendo como negociadores que usavam habilidades linguísticas, retóricas e diplomáticas para convencer interlocutores indígenas a se render à colonização, ou não.

E se essas reações não impediram a exploração de seus serviços e saberes por expedições coloniais desenhadas para conquistar seus próprios territórios; e se os guias se tornaram anônimos nos registros coloniais enquanto os “línguas” eram apresentados quase como extensões dos padres e não como pessoas que realmente realizavam as negociações com os adversários; e se as práticas governamentais obrigavam os *principais* a se submeter aos comandantes institucionais em expedições que muito provavelmente seus próprios homens estabeleciam logística e estrategicamente; ainda assim, esses personagens souberam reler tais situações desvantajosas, redesenhando rotas, usando padres como tradutores em benefício próprio e criando tramas inventivas para manipular as circunstâncias a seu favor.

Todas essas histórias estão nos registros governamentais já tão estudados para a dita “guerra dos bárbaros”, mas exigem que os leiamos a partir do ponto de vista indígena, nos silêncios, nas generalizações, nas sugestões de ações complexas narradas em poucas frases. A

partir daí a história dos interiores das capitanias do norte do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII assume uma nova configuração, tornando-se a história dos territórios kariri e tarairiú e de como, após invadidos, assolados por epidemias, escravidão e por tratados de paz enganosos, eles reinventaram sua realidade, reagindo a imposições e usando para isso a própria estrutura militar invasora para resistir e reagir.

Referências:

ALBUQUERQUE, J. E. de. 2006. *Roulox Baro e o “país dos tapuias”*. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação, UFRJ/ IFCS.

ALMEIDA, M. R. C. de. 2013. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV.

ALMEIDA, M. R. C. de. 2017. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75: 17-38.

ALMEIDA, M. R. C. de; OLIVEIRA, J. P. de. Prefácio. 2016. In: F. F. SOUZA; L. T. WITTMANN, *Protagonismo indígena na história*. Tubarão, SC; Erechim, RS, UFFS, pp. 07-14.

APOLINÁRIO, J. R. 2009. Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII. In: **XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH, Fortaleza. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. V: 1.**

APOLINÁRIO, J. R. 2013. A presença do povo Kariri no sertão da capitania da paraíba entre os séculos XVII e XVIII: primeiros contatos interétnicos, deslocamentos e iniciativas indígenas. In: **XXV Simpósio Nacional de História - ANPUH, Natal. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH. V: 1.**

BIBLIOTECA NACIONAL DOCUMENTOS HISTORICOS (BN-DH)\ <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/documentos-historicos/> . Documentos Históricos - 1648-1661. Correspondência dos Governadores Gerais: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto. Vol. 3 da série, vol I dos Docs. da BN. p 217-218. CARTA para o Capitão da Aldeia de Jaguaribe. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1928_00003.pdf Acesso em: 08\06\23.

BIBLIOTECA NACIONAL DOCUMENTOS HISTORICOS (BN-DH)\ <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/documentos-historicos/> . Documentos Históricos - 1648-1661. Correspondência dos Governadores Gerais: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto. Vol. 3 da série, vol I dos Docs. da BN. CA RTA para os officiaes

da Camara desta cidade acerca da jornada do sertão. p. 254-255. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1928_00003.pdf Acesso em: 08/06/23.

BIBLIOTECA NACIONAL DOCUMENTOS HISTORICOS (BN-DH)\ <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/documentos-historicos/>. Documentos Históricos - 1650-1668. Ordens, Regimentos, Provisões e Alvarás e Correspondência dos Governadores Gerais: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto, Alexandre de Souza, conde de Óbidos. Vol. 5 da série, vol III dos Docs. da BN. REGIMENTO que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na Jornada do Sertão. p. 321-327. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1928_00005.pdf Acesso em: 08/06/23.

BIBLIOTECA NACIONAL-DOCUMENTOS HISTORICOS (BN-DH)\ <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/documentos-historicos/> . Documentos Históricos - 1648-1661. Correspondência dos Governadores Gerais: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto. Vol. 3 da série, vol I dos Docs. da BN. p. 228-229. CARTA para o superior da aldeia do Camamú. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1928_00003.pdf Acesso em: 08/06/23.

BIBLIOTECA NACIONAL-PROJETO RESGATE (BN-PR)\ <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. CONSULTA do Conselho ultramarino ao rei d Pedro II sobre o requerimento do padre Miguel de carvalho, como tutor do capitão-mor dos índios de nação Porcaz, do sertão de Rodelas, Francisco Dias Mataroa, pedindo duas praças de soldados, uma para ele e outra para seu filho, Manoel Dias de Carvalho. 1698, novembro, 28, Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18\Doc. 1764. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pesq=Mataroa&pagfis=13354 Acesso em: 08/06/23.

BIBLIOTECA NACIONAL-PROJETO RESGATE (BN-PR)\ <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. CARTA Regia para o governador D João de Lencastre sobre a necessidade de apaziguar os índios Acaroazes, Mocoazes, Rodeleiros e os mais que infestam as povoações. AHU, Brasil, Bahia, 1699, outubro, 24, Lisboa, Doc 4227. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_LF&pesq=Acaroazes&pagfis=19217 Acesso em: 08/06/23.

BIBLIOTECA NACIONAL-PROJETO RESGATE (BN-PR)\ <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. CERTIDÃO passada por Francisco Dias Davila, capitão de infantaria de ordenança e capitão mor da guerra, que se fez ao gentio barbaro Guerguez, e ora d epresente coronel de um regimento de ordenança, sobre os religiosos d S Fransiisco que o acompanharam nas entradas que fez no rio são Francisco contra os indios. AHU_ACL_CU_005, Cx. 31\Doc. 4010 a 4021. Bahia, 24 de julho de 1674. Doc. 4020. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_LF&pesq=doc%204020&pagfis=18089 Acesso em: 08/06/23.

BRUIT, H. 1992. O visível e o Invisível na Conquista da América. In: R. VAINFAS, *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp- 77-102.

COSTA, F. A. P. da. 1985. *Anais Pernambucanos*. Vol. 1. Recife, Fundarpe.

FUJIMOTO, J. 2016. *A Guerra Indígena como Guerra Colonial – As Representações e o Lugar da Belicosidade Indígena e da Antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII)*. São Paulo, SP. Tese, Universidade de São Paulo.

LOPES, F. M. 2003. *Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. 1 Ed, Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

MEDEIROS FILHO, O. 1999. Os Tarairiús, Extintos Tapuias do Nordeste. In: L. ALMEIDA; E. SILVA, *Índios do Nordeste: Temas e Problemas*. Maceió, Ed. UFAL.

MEDEIROS, R. P. 2000. *O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial*. Recife, PE. Tese, UFPE.

MONTEIRO, J. M. 2001. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas, SP. Tese de Livre Docência, UNICAMP.

OLIVEIRA, A. J. de. 2017. *Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVII*. Fortaleza, CE. Tese, UFC.

ORLANDI, E. 1990. *Terra À Vista – Discurso do Confronto Velho e Novo Mundo*. São Paulo, Cortez.

OUDIJK, M; RESTALL, M. 2007. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century. In: L. MATTHEW, M. OUDIJ, *Indian conquistadors: indigenous allies in the conquest of Mesoamerica*. Oklahoma, University of Oklahoma Press.

OUDIJK, Michel; RESTALL, Michael. 2013. *Conquistas de Buenas Palabras y de Guerra: Una Visión Indígena de la Conquista*. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 2013.

PIRES, M. I. C. 2002. *'A Guerra dos Bárbaros': Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial*. Recife, UFPE.

POMPA, C. 2003. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru, Edusc.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. 1988. *Negociação e Conflito – A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Companhia das Letras.

SANTOS, E. N. 2014. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos*, 18(2): 218-232.

SANTOS, F.; SANTOS, S. N. 2020. Os Payayá de Jacobina: Resistências e Negociações nos Sertões da Bahia (Séculos XVI-XVII). *Pol. Hist. Soc.*, v. 19, n. 2: 160-174.

SANTOS, J. de S. 2009. *Cariri e Tarairiú? culturas tapuias nos sertões da Paraíba*. Porto Alegre, RS. Tese, PUC-RS.

SANTOS, Maria C. dos; FELIPPE, Guilherme G. (org.). 2016. *Protagonismo Ameríndio Ontem e Hoje*. Jundiaí: Paco Editorial.

SANTOS, S. N. 2022. As Entradas Contra o 'Gentio Bravo' no Sertão da Capitania da Bahia (1651-1669). *Revista de Historia-UFBA*, v. 10: 1-19.

SILVA, E. 2007. História, memórias e identidade entre História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. *Tellus*, 12, 89-102.

SILVA, G. 2008. Teias de Alianças, Lealdade e Dependência: Tabajaras e Potiguares Aliados\Aldeados na Capitania de Pernambuco. *CLIO-revista de pesquisa histórica*, 25, v 2: 187.

SILVA, K. V. . 2019. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, n. 02: 78-91.

SILVA, K. V. . 2020. Guerra Indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do sec. XVI: Táticas e Estratégias Tupi na Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Nuevo Mundo Nuevos Mundos* [online]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/81332> . Acesso em: 08/06/23.

SILVA, K.V.. 2010. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras -A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII*. Recife, CEPE.

SILVA-REIS, D; BAGNO, M. 2018. A tradução como política linguística na colonização da Amazônia brasileira. *Revista Letras Raras*, v 7, n 2.

VIANA, W; FERREIRA, E. 2021. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Revista acervo*, v. 34, n. 2, p. 1-23.